

Fuga de capitais dificulta renegociação

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

PARIS — Os países mais endividados do mundo são também os que mais praticam a evasão de capitais para o Exterior. Argentina, México e Venezuela, três entre os cinco maiores devedores da América Latina, representam cerca de 40% das fugas de capitais no mundo. Logo em seguida, surge o Brasil, também um grande exportador ilegal de capital.

Os países devedores, tomadores de capitais no mercado financeiro internacional, detêm cerca de US\$ 500 bilhões de ativos no Exterior, sendo que apenas US\$ 150 bilhões contabilizados em suas reservas oficiais. Isso quer dizer que cerca de US\$ 350 bilhões correspondem à evasão clandestina de capitais. Esses dados fazem parte de um estudo efetuado pelo Paribas, um dos bancos europeus mais envolvidos com a dívida dos países latino-americanos, principalmente o Brasil.

Até agora, segundo se revelava na semana passada em Paris, o Fundo Monetário Internacional buscava ignorar essa situação, fazendo vistas

grossas e essa atividade, mas a situação atingiu um nível tal, dificultando toda renegociação séria das dívidas desses países. O FMI, no último mês de fevereiro, organizou, em absoluto sigilo, uma reunião de seu Estado-Maior para adotar providências contra esse "processo devastador" das economias endividadas, impedindo toda tentativa de recuperação.

As vésperas da abertura da reunião de Veneza, onde o problema da dívida vai ocupar um espaço importante nos debates, esse estudo foi incluído na documentação que está sendo levada à reunião de cúpula pelo presidente François Mitterrand, um dos defensores de condições mais flexíveis para o pagamento da dívida. Tudo indica que, daqui para frente, para que qualquer negociação de reescalonamento possa ter êxito, na área de governo ou mesmo na área da dívida comercial, isto é, com os bancos, terá que ser assimilada a medidas drásticas visando estancar a evasão de divisas desses países.

Atualmente constata-se a existência de uma certo consenso em relação as causas do endividamento do mundo em desenvolvimento. A insol-

vabilidade dos países do Terceiro Mundo se deve, é verdade, à depreciação dos preços de matérias-primas, das altas taxas de juros, do encorajamento dos países industriais, buscando colocar seus produtos, muitas vezes inadaptados às necessidades dos países pobres, nos mercados em desenvolvimento, na época das vacas gordas. Mas essa situação se deve também ao comportamento de uma certa elite dirigente dos países endividados, exportando, em grande escala, seus capitais para praças como Nova York, Miami, Bahamas, Zurique e outros paraísos fiscais, dificultando ainda mais o reembolso das respectivas dívidas.

Esse estudo do Paribas mostra que uma grande parte dos países endividados, quanto mais dólares recebem mais sua elite dirigente, não apenas a classe política, mas também industriais, comerciantes, profissionais liberais, exporta ilegalmente capitais. No caso da América Latina, as praças preferidas são Miami, Nova York, Zurique e Paraísos Fiscais das Caraíbas. O montante dessas exportações varia, de milhões de dólares do tráfico de drogas, falsi-

ficação de documentos comerciais, mas também tráfico de divisas de pequenos, médios e grandes empresários desses países que buscam defender seu dinheiro da depreciação da moeda nacional.

Na Venezuela até motorista de táxi chega a solicitar o pagamento da corrida em dólares, pensando em aplicação de seu dinheiro fora do País, o que indica a que ponto de sofisticação chegou o processo de fuga de capitais em Caracas. Isso sem contar as fortunas acumuladas em bancos da Suíça por ditadores latino-americanos ou de outros continentes como Duvalier, do Haiti, Mobutu, do Zaire, etc.. A nível de empresas, se é verdade que é o setor público quem empresta, é também verdade que o setor privado é o que mais exporta clandestinamente capitais para o Exterior, principalmente empresas que trabalham diretamente com os governos, área de 60 trabalhos públicos (empreiteiras). Essa evasão é uma forma de defender o capital de uma inflação galopante (800% no Brasil), além de garantir uma renda mais elevada por ausência de taxas fiscais.